

em particular entre os mestres que a dirigiram desde meados do século XIV. A eles pertencia, com efeito, o interesse na reivindicação do prestígio da Ordem, mas também os contactos e a capacidade económica de levar à prática um tal projecto. A eles cabia, ainda, desde meados do século XIV, a oportunidade, quer dizer, a administração e o usufruto das rendas de Santiago do Cacém, que então pertenciam à mesa mestral da Ordem¹³, onde continuavam a manter-se em 1477, quando D. João II as entregou, em escambo por duas fortalezas castelhanas, aos cuidados de Pero Pantoja¹⁴. Nesse sentido, restará descobrir, talvez, a identidade do responsável pela decisão de valorizar a matriz de Santiago do Cacém, erguida à sombra dos paços do Mestre que se situavam no castelo da vila¹⁵.

Nenhuma destas observações diminui, porém, o mérito do estudo de José António Falcão e de Fernando Baptista Pereira. Em boa verdade, as questões abordadas ao longo destas linhas são relativamente marginais àquilo que prendera as suas atenções e motivara o seu esforço conjunto. Muitas delas, resultaram da leitura de documentos que não estavam à disposição dos Autores, ou da diferente interpretação conferida a outros que eles conheceram e manearam. Em rigor, elas foram nascendo da leitura atenta, e, por vezes, fascinada, do seu trabalho pioneiro de 1989, agora felizmente reeditado.

Luís Filipe Oliveira

MATA, Luís António Santos Nunes – *Ser, ter e poder: o Hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*. Leiria: Magno Edições; Câmara Municipal de Santarém, 2000. 436 p.

A assistência aos pobres, doentes e viandantes é, sem dúvida, um dos aspectos mais marcantes da vida da sociedade medieval, em especial das cidades, onde acorriam estes estigmatizados, em busca de alívio e solução para os seus males. A urbe escalabitana, como ponto nevrálgico do Portugal medievo, revela-se assim um local privilegiado para a instalação de instituições de cariz assistencial que, apoiadas numa rede de homens e alicerçadas numa crença religiosa, marcam uma presença de indelével valor económico e social.

O trabalho de Luís Mata sobre o *Hospital do Espírito Santo de Santarém* constitui a sua tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Dezembro de 1999 e procura lançar um olhar crítico e problematizador sobre as fontes históricas, com o objectivo de reorientar a análise e compreensão deste hospital, no âmbito da acção que desenvolve na cidade de Santarém.

¹³ Os bens da ordem em Santiago do Cacém, que estavam organizados em comenda antes de serem cedidos a D. Vataça (IAN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Lv. 140, fl. 63 v. e Lv. 132, fl. 7 v.), integram-se posteriormente, segundo notícia de 1376 (IAN/TT, Ordem de Santiago, D. P., Mç. 1, n.º 37), nos bens da mesa mestral.

¹⁴ IAN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, Mç. 1, n.º 44, fl. 25 v.-28.

¹⁵ Para a referência aos paços do Mestre, veja-se o documento citado na nota anterior, onde se descrevem, com muito pormenor, as benfeitorias aí realizadas por Pero Pantoja.

O estudo articula-se em três partes, a primeira dedicada ao culto do Espírito Santo em Portugal e aos problemas fundacionais (origem, natureza, estrutura orgânica e funcional) da instituição, a segunda aborda as posses do hospital (com base nas fontes coevas) e as formas de gestão dessa mesma propriedade, por fim analisa as relações de poder que o hospital estabelece quer com outras instituições (rei e concelhos) quer com particulares (usufrutuários e confrontantes dos bens).

Apresenta, em apêndice, o *corpus* documental que serviu de base ao trabalho elaborado e que se consubstancia num fundo pertencente ao Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Santarém, bem como um conjunto de quadros sobre a propriedade rural, suburbana e urbana e as respectivas rendas recebidas pelo hospital, em momentos distintos da sua história – quando foram realizados arrolamentos e cadastros das propriedades: 1405-1454 e 1500 – e ainda os mapas da localização dos referidos bens. Termina com uma profusa bibliografia.

Assim, na primeira parte trata do crer e do ser. Na perspectiva do autor o crer, elemento aglutinador e formador de uma espiritualidade, fundamenta-se no culto do Espírito Santo, sendo desta forma, pertinente compreender a natureza e importância deste em Portugal, não apenas na formulação cristã mas ainda no que respeita à vertente pagã, popular e folclórica, bem como à sua disseminação e contaminações, essencialmente com as festividades de Tomar. Esta atitude de crença que se desenvolve com cambiantes tão diversos, emerge numa urbe onde é visível um acentuado “sincretismo ideológico, mental, étnico e religioso, juntamente com o florescimento económico e as acentuadas assimetrias sociais” (p. 34)

Sediado perto do Rossio da Porta de Manços, o primitivo hospital, foi transferido na primeira metade do século XIV para um espaço extramuros, a norte da Porta de Leiria, perto dos conventos da Trindade e de S. Francisco, nele funcionou simultaneamente uma albergaria e hospício, onde se alimentava o corpo e também se prestava cuidados hospitalares e de carácter religioso aos pobres, doentes e peregrinos. Relacionada com a função e os objectivos hospitalares é natural que existisse uma confraria em relação à qual, no entanto, as fontes são lacunares.

A estrutura orgânica permite-nos entrever uma casa com um normal funcionamento, associada a um importante conjunto de funcionários que, ao longo dos tempos, fruto das vicissitudes internas e também externas, foi alvo de reformas levadas a cabo por D. Duarte e por D. Afonso V que a tornam, no final da Idade Média, uma instituição melhor apetrechada, mas mais dependente de interesses particulares e régios.

Os bens do hospital adquiridos ao longo da Idade Média são explorados e geridos de acordo com as estratégias próprias da época que conduzem a uma fase de crescimento e progresso nos inícios da centúria de quatrocentos. A aquisição de património feita ao longo dos anos, maioritariamente através de doações, revela uma estrutura assente em bens muito diversos: propriedade urbana, suburbana e rural que passa pela tipologia já sobejamente conhecida: casas, adegas, lagares, ferragiais, e ainda vinhas, olivais e terras de pão, hortas e almoinhas. Destas propriedades dá-se uma localização sumária, bem como as dimensões e valor relativo (tendo em conta a localização e condição social dos rendeiros). Dá-se a conhecer ainda alguns dos bens móveis que o hospital possuía, nomeadamente: roupas, pratos, ornamentos e livros, todos eles ligados às funções especificamente assistenciais e religiosas da casa.

A gestão da propriedade é assegurada pelos tradicionais processos de emprazamento e arrendamento, dos quais se recebem as respectivas rendas, ligados à implementação de

um conjunto de melhorias levadas a cabo nas propriedades e que revelam os aspectos mais importantes das práticas gestonárias

O último capítulo incide sobre os poderes que se digladiam na tentativa de controlo dos estabelecimentos assistenciais, facto bem visível no Hospital do Espírito Santo, onde as oligarquias concelhias acumulam os cargos de responsabilidade na urbe com as funções de gestão hospitalar. Para fazer frente a esta situação bem como à degradação que atingem algumas das instalações os vários reis portugueses, desde D. João I a D. Duarte e D. Afonso V, assumem uma postura de intervenção que promoverá uma profunda reforma administrativa levada a cabo pelo último monarca. Esta intervenção, como é sabido, culminará na política centralizadora de criação dos hospitais gerais e das misericórdias.

Quanto aos usufrutuários dos bens do hospital (bem como os confrontantes com a sua propriedade), a maioria é oriunda dos grupos privilegiados da elite local. Esta oligarquia incluía elementos da nobreza, bem como do clero e da burguesia. O mais importante é, no entanto, a análise que o autor faz em torno das solidariedades clientelares e parentais que se estabelecem (vertical e horizontalmente), de molde a favorecer o mando e a viabilizar o poder nesta casa assistencial.

Assentando a sua investigação nos documentos, o historiador problematiza e procura responder às questões que formula, sabendo que não encontra respostas definitivas, mas que só desta forma pode participar na construção do saber histórico. Nesta medida, o estudo elaborado por Luís Mata é um importante contributo para a compreensão da sociedade escalabitana, olhada pelo prisma de uma instituição de caridade, objecto dos mais variados interesses, no Portugal de finais da Idade Média.

Maria Filomena Andrade

ODRIOZOLA, Antonio – *Catálogo de libros litúrgicos, españoles y portugueses, impresos en los siglos XV y XVI*. Ed. preparada por Julián Martín Abad e Francesc Xavier Altés I Aguiló. Pontevedra: Museo de Pontevedra, 1996. 558 p.

À maneira de homenagem ao Autor, falecido em 1987, o Museo de Pontevedra, que herdou a sua biblioteca e arquivo pessoal, em colaboração com a Fundação Juan March e contando com o esforço de dois peritos em livros litúrgicos antigos, reproduz em facsimile a versão dactilografada, corrigida e aumentada à mão, desta obra inédita, uma verdadeira bibliografia litúrgica. Os complementos, correcções e acrescentos dos que cuidaram da edição, bem como os apêndices elaborados contribuíram para actualizar e fazer desta obra um imprescindível instrumento de trabalho.

Odrizola é conhecido bibliógrafo dedicado aos livros hispanos dos séculos XV e XVI e também do século XIX. O seu perfil de investigador é dado a conhecer em estudo preliminar desta edição, devido a Martín Abad (p. 7-15). Neste trabalho gastou o Autor muitos anos da sua vida, em sucessivas buscas, desde 1947. Muitas bibliotecas foram percorridas e delas dá conta na introdução. Esta investigação baseia-se em edições vistas e não em listas por vezes fantasma, mas que se vão repetindo, como detectou Odrizola. Ora, encontrar edições de livros litúrgicos antigos é raro, porque se deterioraram e se substituíram por novos.